

Credores aprovam plano de recuperação judicial do Grupo Moreno

O plano de recuperação judicial do Grupo Moreno, um dos maiores do setor sucroenergético do país, foi aprovado pelos mais de sete mil credores da companhia, que havia protocolado o pedido em setembro do ano passado. O próximo passo é enviar o plano aprovado para a homologação da Justiça.

Divulgação



O Grupo Moreno entrou com pedido de recuperação judicial no ano passado

Estavam presentes à apreciação do plano cerca de cem representantes. A recuperação judicial do Grupo Moreno foi aprovada por 97,66% dos credores trabalhistas, 100% dos credores com garantia real, 95% dos credores quirografários e mais de 83% das micro e pequenas empresas que têm créditos com o grupo.

"A proposta aprovada pelos credores prevê o pagamento de R\$ 900 milhões em até 24 meses, acrescidos de R\$ 100 milhões nos 12 meses seguintes, compondo, assim, um pagamento total de R\$ 1 bilhão aos credores concursais e extraconcursais em até três anos", explicou a advogada **Fabiana Solano**, sócia das áreas de Contencioso e Arbitragem, Recuperação Judicial, Insolvência e Reestruturação do escritório Felsberg Advogados, que representa o Grupo Moreno na ação.

Para honrar os compromissos financeiros assumidos na recuperação judicial, o Grupo Moreno poderá fazer novas captações de recursos, alienar participação societária e outros ativos ou vender até duas das suas usinas no prazo de até 24 meses para quitação das dívidas.

Cerca de R\$ 1,8 bilhão do total de débitos do grupo é com credores bancários. Os credores quirografários (aqueles que não desfrutam de nenhuma preferência ou não possuem garantias de pagamento da dívida) têm créditos de aproximadamente R\$ 200 milhões, os trabalhistas têm R\$ 21 milhões e as micro e pequenas empresas, R\$ 15 milhões.

O plano de recuperação judicial foi apresentado nos autos em novembro de 2019, quando começaram as negociações com os credores. As dívidas da empresa, que tem capacidade de moagem de 13 milhões de toneladas de cana, giram em torno de R\$ 2,3 bilhões.

Date Created

18/11/2020